

Projeto: Preservação da memória das Olimpíadas: projetos e ações

Entrevistado: Marcelo Pedroso

Local: CPDOC FGV Rio de Janeiro, RJ

Entrevistadora: Carla Siqueira

Transcrição: Lia Carneiro da Cunha

Data da transcrição: 12 de outubro de 2016

Conferência de fidelidade: Marina Duarte Martinez

Data da conferência: 20 de outubro de 2016

2ª Entrevista: 13/09/2016

Carla Siqueira – Marcelo, eu queria retomar, nessa segunda entrevista, e te perguntar um pouquinho sobre o impacto das mudanças de cenário econômico, e político também, ao longo desse processo de organização dos jogos. No contexto da candidatura, a gente tinha outro cenário político-econômico, e, nos últimos dois anos, a gente encara aí um período de crise econômica e política, então eu queria saber um pouquinho de você em que medida e como isso repercutiu no trabalho da APO¹.

Marcelo Pedroso – Bom. De fato, o ambiente político e econômico, ele mudou de forma dinâmica, nesse período de sete anos aí, entre a escolha do Rio de Janeiro e a realização dos jogos, mas eu considero que ele pouco afetou a preparação dos jogos; na medida em que as grandes intervenções, os grandes investimentos, que precisavam ser feitos no período, envolvendo a construção de instalações, envolvendo os investimentos em infraestrutura, para garantir as melhorias do ponto de vista do urbano, da mobilidade, e o fato de que, na preparação, a arquitetura de financiamento preparada foi uma arquitetura que dependeu muito, também, da participação do privado –, ou seja, houve um investimento privado considerável –, ainda que interpretando o investimento privado na ótica da linha de financiamentos públicos para investimentos em infraestrutura, ainda assim, é investimento privado, é compromisso do privado com o retorno do recurso. E aí,

¹ Autoridade Pública Olímpica (APO).

em função disso, eu acho que... e como a gente vivia um momento – lá atrás, em 2009 – um momento de crescimento forte, um momento de confiança muito forte, digamos que o impacto maior, ele aconteceu muito próximo da realização dos jogos; ou seja, a crise, ela entra num processo mais agudo, para a realização dos jogos, nesse período de reta final, onde há inclusive uma retração no investimento do privado, seja via patrocínio, seja via investimentos diretos, há uma insegurança maior no ambiente geral, então é claro que isso, de alguma maneira, impacta a realização do orçamento, a viabilização do orçamento como um todo; mas como isso pega só, realmente, o operacional, o próprio Comitê, numa lógica de revisão dos níveis de serviços estabelecidos no seu planejamento, já fez uma série de cortes, no ano passado, que permitiram o fechamento do orçamento, fazendo com que este ambiente de maior instabilidade econômica não atingisse a realização dos jogos. Do ponto de vista político, também, houve uma variação muito considerável. A gente está vivendo agora a finalização do processo de *impeachment*, houve o afastamento da presidente da República nesse período; mas, digamos que nos jogos em si, na realização das competições, houve uma consciência da necessidade de uma estabilidade de Estado, do compromisso assumido com o COI, e também não houve nenhuma dificuldade maior na preparação para os jogos, em função do ambiente político. Então eu acho que isso acentua ainda mais a qualidade da nossa entrega. Ainda que num ambiente adverso, num ambiente muito frágil, muito delicado, tanto político como economicamente, nós conseguimos fazer, realizar os jogos, entregar, no nível que era necessário, e atender a todos os compromissos que o Estado brasileiro assumiu, quando apresentou uma candidatura, junto ao Comitê Olímpico Internacional.

C. S. – E qual foi impacto desse cenário, particularmente, na APO. Em maio desse ano, surgiram algumas matérias na imprensa, falando que a APO já estava há algum tempo sem receber repasses. O que, de fato, aconteceu?

M. P. – Na verdade, a gente vive num ambiente que é um ambiente excessivamente político, em alguns momentos, e esse tipo de nota ou de notícia é resultado da falta de apuração mais adequada do jornalista, para saber de fato o que acontece. Ele recebe uma notícia e, simplesmente, publica. A APO, ela tem uma situação, que é uma situação onde ela recebeu uma injeção de recurso maior, tanto do governo federal como dos outros entes, estadual e municipal, no seu início, lá atrás, em 2012. Nos anos seguintes, esse volume de recurso, como foi um volume de recursos substancial e recurso que nós não precisamos executar no

período fiscal, (é como se fosse um fundo), nós temos a possibilidade de executá-lo em exercícios posteriores, então isso permite à APO, hoje, ainda que sem receber novos aportes de recursos, ela consiga garantir todo seu financiamento. Então, já desde 2014... 2014 foi a última vez onde houve algum aporte de recurso, mas em momento algum a falta desse aporte impediu a execução das atividades rotineiras da APO. A APO tem recursos para concluir esse ano e ainda garantir as suas atividades em anos posteriores; ou, em encerrando as suas atividades no final do ano, ela tem recursos a devolver aos entes consorciados.

C. S. – Marcelo, é qual é a previsão, agora, de término do trabalho da APO? Porque tinha uma previsão um pouco mais longa, até o final de 2018. É isso?

M. P. – É. A lei, a 12.396², que é a lei que instituiu a APO, o consórcio, ela estabelece um prazo máximo de atividades até 2018, até final de 2018, com uma possibilidade, a critério do Conselho Público Olímpico, da sua extensão por mais dois anos, no máximo. Aí é o limite total, previsto em lei. Mas também prevê a possibilidade de antecipar o final, em relação a esse prazo de 2018. Então, o que o Conselho Público vinha discutindo, já desde o ano passado, desde meados do ano passado, era a possibilidade de extinguir o consórcio com maior brevidade, com maior rapidez, não havendo a necessidade de ele continuar até 2018. Então, em dezembro do ano passado, dezembro de 2015, o Conselho Público Olímpico determinou que a APO encerrasse as suas atividades em final de 2016, em dezembro de 2016. E todo nosso trabalho é nesse sentido, no sentido de garantir uma desmobilização de pessoal e de recursos da APO, tanto recursos financeiros como recursos materiais, até o final desse ano. Com a chegada do novo governo, no plano federal, houve uma discussão, e essa discussão ainda não está totalmente definida, está sendo discutida no âmbito do Conselho Público Olímpico, no sentido de prolongar um pouco mais a existência da APO, até para garantir um trabalho aí, possivelmente, de transição, em termos de legado, do final dos jogos paralímpicos, para uma posição de legado. Mas isso, também, não está definido, ainda é objeto de discussões. A gente deve, agora, nas próximas semanas, ter alguma informação em relação a isso.

C. S. – Marcelo, também, com a chegada do... nessa fase da presidência interina, mesmo antes de completar o processo do *impeachment*, houve mudanças

² Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, que ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica – APO.

na APO, houve demissões e... Em que medida esse quadro político teve impacto no trabalho que vocês estavam fazendo?

M. P. – Não tem muito impacto. É lógico que a gente vive... como o ambiente é um ambiente que tem uma atuação política muito forte, há sempre uma demanda por estabelecer canais, estabelecer pontes dentro do governo. Mas não houve... Sempre, as mudanças que a gente realizou, nesse período, foram mudanças de percentual pequeno, em relação ao conjunto de pessoal ou ao conjunto de equipe, que segue a mesma desde 2014, final de 2013, praticamente. Então, o tipo de influência dos governos, em nomeações, indicações, é muito pequena.

C. S. – Marcelo, há duas semanas do início dos jogos olímpicos, foi suspensa a programação cultural do Minc e da APO. Isso foi fruto dessa instabilidade econômica e política? Isso foi uma das áreas que necessitou ter corte? O que aconteceu?

M. P. – Eu acho que foi uma discurso natural de mudança de governo, do governo anterior para o governo no período de interinidade, onde o novo ministro quis discutir a programação, rever alguns marcos dessa programação, em termos de cronogramas ou em termos de representatividade, mesmo, das atrações propostas, revisões em relação a aspectos da burocracia mesmo –contratos, liberação de recursos –, algumas coisas que são mais administrativas, mas que, é lógica, têm impacto, porque dependem do cronograma no qual elas são implementadas, dependem do prazo que existe para você viabilizar a implementação da burocracia. Então, houve uma demanda por fazer uma revisão e aí, nessa revisão, o governo resolveu parar, suspender a programação como ela estava proposta, e depois relançou essa programação. Houve mudanças mais pontuais na proposta, algumas alterações de atrações e tal. Mas, de uma maneira geral, não houve uma alteração tão expressiva.

C. S. – Mas, como a gente estava a duas semanas do início dos jogos, isso quer dizer o quê? Tinha uma programação que estava pronta e foi só adiada? Tinha uma programação que estava pronta e que foi cancelada, para que outra fosse realizada? O que aconteceu?

M. P. – Não. Na verdade, não foi a duas semanas dos jogos. Duas semanas dos jogos foi quando o governo anunciou a programação. Desde maio que havia uma discussão em relação a aspectos legais, aspectos da própria programação em

si. E aí nesse sentido é que o governo fez alterações, resolveu suspender, para fazer um balanço geral da programação e ver se a programação seguia de acordo com aquilo que desejava o governo.

C. S. – Marcelo, na sua opinião, qual é o lugar da cultura aí? Nesse megaevento, qual é o papel que a cultura tem?

M. P. – Ah. Tem um aspecto fundamental. Porque um evento dessa natureza, é um evento que tem um potencial de visibilidade internacional muito forte, componentes de cultura, meio ambiente, do segmento industrial, são aspectos que se fundem, para projetar a imagem do nosso país. Então, eu acho que a cultura, ela é um... digamos, se a gente trabalhasse na perspectiva de um tripé de sustentação de imagem, onde você tivesse cultura, meio ambiente e modernidade, a diversidade cultural, a diversidade natural e a modernidade brasileira, a cultura tem um espaço muito significativo, porque, com a cobertura que um evento desse tem, nós temos uma janela gigantesca de oportunidade de mostrar que o Brasil é samba e carnaval mas o Brasil é muito mais, é um país de uma riqueza... do Oiapoque ao Chuí, de uma riqueza, de uma diversidade muito grande, de povos que falam a mesma língua mas que se manifestam culturalmente de uma forma riquíssima. Então, para mim, a cultura é um dos elementos estratégicos na estratégia de apresentar o nosso país, muito além daquilo que ele é conhecido, na estratégia de, em termos turísticos, garantir que esta visibilidade redunde em novos negócios, novas oportunidades para o desenvolvimento econômico do país. Então, tem uma infinidade de espaços, que somente a cultura pode preencher e garantir que um evento dessa natureza, dessas proporções alcance aquilo que o país deseja em relação a projetar a sua imagem.

C. S. – E, tendo essa função estratégica, dessa programação cultural que efetivamente aconteceu e está acontecendo durante os jogos olímpicos e paralímpicos, qual é a sua avaliação?

M. P. – Acho muito positiva, não apenas a programação cultural feita pelo governo federal, mas a soma de várias iniciativas culturais que aconteceram ao longo desse período, do período dos jogos, sejam as programações que foram lideradas pela prefeitura, as programações articuladas pelo governo do estado, [por] outros governos de estado, que também fizeram programações aqui durante o período dos jogos. Acho que essa somatória de programações garantiu uma

visibilidade adequada para a cultura, que se transforma, se desdobra em matérias, correndo o mundo inteiro, sobre a riqueza do nosso país.

C. S. – Marcelo, vamos falar um pouquinho do legado. Afinal, eu acho que essa é a palavra forte, que acompanhou, desde a candidatura e a realização dos jogos. Do ponto de vista da APO, qual é o legado das Olimpíadas?

M. P. – Bom. O legado, eu acho que tem o legado dos jogos em si, que é um aspecto muito importante, porque ele tem, em termos de políticas públicas, todo aquele legado relacionado com revitalização de áreas urbanas, toda a revitalização da área do porto da cidade, que virou uma nova atração turística do Rio de Janeiro, resgatou, para a população carioca, uma região que era desconhecida dos cariocas, que eles não conheciam; todo o investimento na área de transporte, que, durante os jogos, pôde ser utilizado e que, para o carioca, o cidadão carioca do dia a dia e para os turistas que visitam essa cidade, fica como um legado, que estabelece um novo patamar de desenvolvimento para a cidade, em termos de mobilidade, seja com o VLT³ no centro da cidade, seja a ampliação do metrô, a extensão dele de Ipanema até a Barra da Tijuca, seja a implementação de BRTs⁴ por toda a cidade. Esse sistema é um sistema que vai oferecer, para o cidadão carioca, uma cidade menos distante e mais justa, mais equilibrada; e como eu disse, um novo patamar, para um novo desenvolvimento, no futuro. Então eu diria que esse é um legado que está relacionado diretamente com os investimentos na área de políticas públicas. Tem o legado daqueles investimentos da matriz de responsabilidade, aqueles investimentos públicos da matriz de responsabilidade, principalmente as instalações olímpicas, seja no Parque da Barra, seja em Deodoro, que, somadas, transformam a cidade do Rio de Janeiro numa referência, em termos de preparação de atletas, em preparação de alto rendimento para várias modalidades, com instalações de primeiro mundo; instalações que atenderam a requisitos olímpicos, que sediaram os jogos olímpicos, então ela já tem ali na sua gênese uma marca muito importante, que vai permitir que atletas de todo o Brasil, não apenas atletas cariocas, do alto rendimento, tenham, no Rio de Janeiro, a possibilidade de encontrar a infraestrutura necessária para treinar, se desenvolver, melhorar os seus resultados em competições internacionais e, futuramente, melhorar os nossos resultados em termos de posicionamento no ranking dos países que mais recebem medalhas nos Jogos Olímpicos. Então eu acho que esse complexo aí, Deodoro e

³ Veículo Leve sobre Trilhos (VLT Carioca).

⁴ Bus Rapid Transit (BRT)

Barra da Tijuca, vem se aliar a uma estratégia de política pública de desenvolvimento do esporte, que é um legado importantíssimo para o esporte e tende a garantir melhores resultados no futuro; sem falar no Parque Radical, que se transforma num parque público municipal, lá em Deodoro, beneficiando aquela população do entorno do parque de Deodoro, que não tem opção de lazer próximo e que já, na experiência que foi vivenciada pela prefeitura no verão passado, se mostra como uma atração de lazer de muito sucesso. Então, também, melhorando a qualidade de vida da população, oferecendo alternativas de lazer, na matriz, também, há um conjunto muito expressivo de instalações que representam um legado fundamental, um legado que os jogos deixam para nós. E em termos de APO, eu diria que, também, há um legado importante, que é o legado da gestão pública, a oportunidade de você utilizar um modelo de consórcio, de consórcio interfederativo, pela primeira vez se constituiu um consórcio interfederativo, para monitorar, para acompanhar a realização de um projeto conjunto; e eu diria que essa experiência é uma experiência que, com os erros e acertos que ela vivenciou, é a oportunidade de você identificar um modelo de gestão compartilhada, de gestão em conjunto de níveis diferentes de poder, que não necessariamente se aplica, apenas, à realização de jogos olímpicos, por exemplo. É um modelo que poderia ser utilizado em outras experiências que demandassem um perfil semelhante ao dos jogos, ou seja, prazo de realização determinado, a necessidade de compromissos, responsabilidades e investimentos integrados, entre vários órgãos da administração pública de níveis diferentes, a necessidade de garantir transparência pública para aquilo que é a evolução desses investimentos, com foco, com o objetivo de alcançar o alcance do prazo limite, para o projeto acontecer. Então eu acho que há várias características de projetos semelhantes àqueles que são utilizados na realização, na preparação para os jogos olímpicos, que poderiam ser um modelo replicado em outras situações da administração pública, no Brasil inteiro, para garantir uma maior eficiência da gestão pública, uma maior integração entre os entes públicos no desenvolvimento de um projeto compartilhado. Então, eu acho que há muito dessa experiência que pode ser observado por outros agentes públicos, por outros gestores públicos, no futuro, e vir a ser utilizado em situações semelhantes.

C. S. – Marcelo. Há poucos dias, a APO entregou o plano de entrega de legado. O que esse plano é, o que ele estabelece?

M. P. – Isso. Bom. O plano de uso de legado é um plano... é a integração dos planos de legado. Ou seja, tudo aquilo que compõe a matriz de responsabilidade,

que precisa de uma determinação prévia dos agentes públicos de qual vai ser o legado daquela instalação, com o comprometimento de investimento para garantir que ele seja realizado. Então, majoritariamente, esses investimentos aos quais se aplica essa metodologia, que constam da matriz de responsabilidade, são aqueles que estão sob a gestão da prefeitura, que construiu as instalações do Parque Olímpico, ou do governo federal, por meio do Exército, que é o detentor, é o proprietário das áreas onde as instalações de Deodoro foram construídas e que atua em parceria com o Ministério do Esporte. Então, o plano de uso de legado, na verdade, é: a partir das informações obtidas junto a cada um dos entes responsável por uma instalação, que necessita a determinação e compromisso de uso para legado, nós integramos essas informações num plano único e apresentamos esse documento como o documento de compromisso dos entes públicos de implementar as infraestruturas necessárias para garantir que o legado se reverta em benefício da sociedade. Então, por exemplo, na Barra da Tijuca, a utilização de uma das arenas para transformação numa escola, uma escola municipal; a adaptação de uma outra das arenas para a instalação de infraestrutura para o desenvolvimento do alto rendimento; e a terceira arena, (as três arenas gêmeas) a terceira arena, para transformar num espaço multiuso, que possa reverter, inclusive, na arrecadação de recursos, na gestão dessa instalação, para benefício da manutenção dessa área toda, sob a gestão de um ator privado. A prefeitura lançou uma licitação, uma parceria... uma chamada... por parceiros privados, para implementar uma parceria público-privada, para gerir toda essa instalação ali no Parque Olímpico da Barra. Então, a partir dessas informações, nós constituímos um documento, que é um documento que faz um retrospecto desse processo todo, apresenta as propostas de cada um dos entes e insere também contribuições da própria APO, no sentido de, a partir de uma definição básica que os entes fizeram, sugerir outras iniciativas que possam potencializar o uso proposto ou possam garantir um melhor resultado para o uso proposto para aquela instalação.

C. S. – Você pode dar algum exemplo de proposta para potencializar esse legado?

M. P. – Propostas, por exemplo, para utilizar áreas de... áreas que tenham um uso menos intensivo no dia a dia para implementação de serviços públicos. Por exemplo, você implementar um serviço de acesso rápido a documentos, a serviços públicos. Enfim, você utilizar uma das áreas, ou uma área dentro de uma instalação

dessas, para beneficiar toda a comunidade no entorno, trazendo um posto de atendimento de serviços públicos. Medidas como essa são algumas das que a gente propõe. E lógico, vai depender da capacidade do ente público de investir e garantir que essa sugestão seja uma sugestão incorporada à matriz proposta para legado naquela instalação.

C. S. – Isso quer dizer que o plano do uso de legado, ele estabelece algumas coisas, propõe outras; mas em última instância é o ente público que vai definir o que efetivamente ele vai incorporar como função.

M. P. – Exatamente. Exatamente. Porque você tem um aspecto, que é o aspecto da gestão pública, que tem que ser respeitada, nesse processo de compartilhamento do projeto, que é a autonomia de cada um dos entes. Então a prefeitura, ela pode determinar usos, determinar a implementação de serviços ou a realização de investimentos de acordo com a sua capacidade de investimento. Ou mesmo a capacidade de investimento de um privado, a partir de conceitos básicos que a prefeitura apresenta numa proposta de parceria público-privada. Então, o nosso objetivo, sempre, nesse processo, foi no sentido de contribuir, de apresentar novas alternativas para a potencialização; mas a implementação e o compromisso pela manutenção dessa instalação ou de eventuais serviços que venham ser agregados a ela têm que ser do ente originário e o ente que é responsável pela sua gestão.

C. S. – Entendo essa questão da autonomia. Ao mesmo tempo, se o legado, ele era um compromisso desde a candidatura, o que é totalmente obrigatório ali? Em que medida você tem itens obrigatórios ali, que o ente público teria que fazer, ou isso não existe, as coisas ali, elas podem ser modificadas, dentro dessa autonomia, dentro dessa capacidade da?...

M. P. – Não. Há um princípio, original da candidatura, que era o princípio de transformar estas áreas em áreas que fossem voltadas ao desenvolvimento do esporte. Então isso está preservado. Essas instalações são instalações que foram moldadas para atender ao desenvolvimento de modalidades esportivas. Algumas, muito específicas. Por exemplo, o velódromo. O potencial de uso dele fora do desenvolvimento do ciclismo *indoor* é mais restrito, em algumas áreas da instalação. Então, esse princípio, essa lógica, ela está preservada no modelo proposto, no modelo apresentado no final. Agora é lógico que não há obrigatoriedades, não há... Desde o princípio, sempre houve um respeito ao

princípio do compromisso do ente público. E esse compromisso, ele é feito na medida da capacidade de investimento de cada um dos entes. A gente não pode impor à prefeitura um investimento além daquilo que ela tem capacidade de realizar. E muitas vezes, para realizá-lo, ela busca a parceria de um privado que possa viabilizar outras fontes de recurso, para garantir o investimento necessário.

C. S. – No dossiê de candidatura, a gente encontrava ali diferentes eixos do legado. Você falou de esporte, especificamente, mas a gente tinha também o eixo da inclusão social, juventude e educação... Você acha que tudo isso está contemplado nesse plano?

M. P. – Eu acho que sim, porque se a gente enxergar essas instalações como um grande centro de desenvolvimento do esporte e nós enxergarmos que o esporte, a política nacional de esportes, a política estadual e a política municipal, elas têm uma lógica inclusiva, elas têm uma lógica social que aponta para o alto rendimento, mas você tem uma faixa que é uma faixa de inclusão, e que vai afunilando mesmo, naturalmente, ela vai afunilando para o alto rendimento, essa instalação é uma instalação que... não apenas ela, mas um conjunto de outras instalações de treinamento realizadas pelo Ministério do Esporte Brasil afora, são iniciativas que apontam para a inclusão social e a garantia dos compromissos propostos lá, originalmente, na candidatura.

C. S. – Entendi. Não corremos o risco de esse legado não se efetivar.

M. P. – Não. Não acredito nisso. Acho que depois de realizar jogos olímpicos, de ter realizado um investimento de uma maneira eu diria bastante inteligente, no sentido de garantir a participação privada, um menor investimento público, menor gasto de recurso público, e conseguir realizar uma Olimpíada tão bem-sucedida, como nós realizamos, eu, de fato, não acredito que essas instalações, elas não venham a ter o uso proposto, a finalidade proposta originalmente. Acho que elas vão ser a garantia, até porque isso é uma lacuna para nós, a garantia de um grande centro de referência em preparação de esportes.

C. S. – Marcelo, você acompanhou a realização de outros jogos olímpicos. O legado já era um conceito estabelecido, um conceito forte, também, nas outras experiências que você acompanhou? Ou isso foi algo que nós reforçamos aqui?

M. P. – Eu acho que sempre o legado, para uma competição desse tamanho e dessa natureza, sempre, o legado tem que ser uma perspectiva importante. Você faz investimento maciço, investimentos que buscam garantir uma infraestrutura para a realização de uma competição que dura alguns dias, então é absolutamente necessário, em qualquer lugar do mundo, olhar para uma competição como essa e entender de que maneira todo o investimento que é feito se transforme em legado para a população. O esforço que esta população faz para garantir a realização da competição tem que se reverter obrigatoriamente em legado, em benefício da própria população. Eu tive situações em que, em outros jogos, o resultado de legado não foi talvez tão satisfatório. Mas no caso do Rio de Janeiro, eu acho que tem ali uma associação entre a busca por um investimento mais otimizado, na garantia de um benefício maior, em termos de legado. Então, hoje, se a gente fala num total de trinta e nove bi⁵ de investimento, a gente está falando de algo em torno de vinte e quatro bi⁶ em legado, legado para a cidade, em legado, investimentos em políticas públicas, muitas delas preconizadas desde a década de 60, planejadas desde a década de 60. E quinze bi⁷ em investimento que são investimentos mais exclusivos para os jogos. Sendo que desses, ainda, sete⁸ se reverterem em benefícios à sociedade, porque têm instalações olímpicas, têm instalações de treinamento, que vão ficar como legado na política pública. Então, quando nós buscamos, aqui no planejamento, focar em transformar todo o investimento no máximo de legado possível para a sociedade carioca e brasileira, ao mesmo tempo pensou-se em algumas instalações que não necessariamente tivessem que ser definitivas, porque não teriam, em termos de legado, talvez não tivessem o uso que as outras podem ter, mas ao mesmo tempo não fosse um investimento sem a transformação em legado. Então você tem duas arenas no Parque Olímpico da Barra que se transformam em outras instalações: uma vira quatro escolas e a outra vira dois ginásios com piscina, que também vão se transformar em benefício para a sociedade. Então, acho que a partir do Rio de Janeiro, se estabelece um outro patamar de planejamento de realização de uma competição como essa. O próprio Comitê Olímpico Internacional passou por um processo de discussão interna e lançou uma nova agenda para países, no futuro, que vierem a sediar os jogos, que vai totalmente ao encontro desse objetivo: reduzir o impacto de investimento na realização daquilo que é exclusivo para os

⁵ Refere-se a R\$39 bilhões.

⁶ Refere-se a R\$24 bilhões.

⁷ Refere-se a R\$15 bilhões.

⁸ Refere-se a R\$7 bilhões.

jogos e ampliar os potenciais de legado que os investimentos dos jogos propõem, fazendo com que, a partir do Rio de Janeiro, outras cidades, outras sedes de jogos, sem dúvida nenhuma, venham a realizar competições no modelo diferente do modelo de outros jogos, outras competições internacionais como essa.

C. S. – Marcelo, o dossiê de candidatura mencionava a criação de um comitê de legado olímpico e um comitê de legado urbano. Esses comitês foram instituídos? Em que instância, que grupos foram criados para a discussão do legado?

M. P. – É. Nós instituímos, dentro da área de governança, grupos de trabalho, tinha um grupo de trabalho específico de legado, que se desdobrou em vários subgrupos, para trabalhar... A palavra legado, ela tem, dentro da organização, ela tem várias dimensões. Então você tem desde o legado esportivo, que é o legado relacionado com inclusão social, com investimentos no Brasil inteiro, com políticas públicas no Ministério do Esporte, você tem legados mais específicos, que são as arenas esportivas construídas no Rio de Janeiro, você tem legados urbanos, tem várias dimensões. Então na verdade, inicialmente, nós tínhamos um grupo de trabalho dentro da governança, dentro do Comitê de Coordenação, que era o grupo de trabalho de legado e que se desdobrou em outros subgrupos, que foram discutindo, cada um dentro da sua temática.

C. S. – Às vésperas do início dos jogos, a gente via que tinha, da parte da opinião pública, muita expectativa positiva mas também muita crítica. Muita expectativa, da importância dos jogos e o que eles trariam de bom para o país, das oportunidades e tal, mas ao mesmo tempo muita crítica em relação a custos, em relação às decisões e aos impactos na cidade. Passados os jogos, qual é a sua avaliação sobre a compreensão que a opinião pública tem, hoje, da experiência dos jogos olímpicos?

M. P. – Bom. Primeiro eu acho que, antes dos jogos, isso é natural, não apenas aqui no Rio de Janeiro, mas na cobertura da mídia feita às vésperas de qualquer competição internacional – foi assim nos jogos em Londres, foi nos jogos em Sidney, nos jogos em Pequim, nos jogos em Atenas, na Copa do Mundo na Alemanha, na Copa do Mundo na África do Sul, na Copa do Mundo no Brasil – há uma cobertura focada em enfatizar os aspectos negativos da preparação. O quanto não estamos preparados ou o quanto não realizamos determinada coisa ou quanto estamos gastando na realização das competições. O Rio de Janeiro em especial já vivenciou uma situação digamos mais aguda porque se deu num momento político

muito delicado, um momento político muito sensível. E se deu uma série de episódios, que foram acumulando. Então, dúvidas em relação a terrorismo, em relação à segurança para a realização das competições, dúvidas por conta da proliferação do zika e outras doenças associadas, dúvidas em relação à poluição, dúvidas em relação à qualidade das instalações olímpicas, dúvidas em relação à capacidade de realização das competições, do volume de competições ao mesmo tempo. E aquilo que tomou a cobertura jornalística durante os jogos foi o sucesso da cerimônia de abertura, o sucesso das competições, os atletas, que é isso que importa nos jogos. O que importa nos jogos são... durante os jogos, são aquilo que estiver relacionado com os atletas, o desempenho dos atletas, o alcance de recordes, a superação, que a gente vê agora, nos jogos paralímpicos, de forma muito intensa. Então foi isso que dominou a cobertura jornalística. Nós não tivemos um caso de zika registrado, nós tivemos uma situação de segurança na cidade, das melhores vivenciadas, [não tivemos] nenhum episódio de terrorismo, absolutamente nada relacionado com explosão de bombas ou atentados ou qualquer coisa desse tipo. Então, a percepção que eu vejo das pessoas é: primeiro, tudo aquilo que era levantado como dúvida em relação a nossa capacidade desapareceu. Isso não mudou a nossa realidade, não mudou o nosso cotidiano: ainda há zika, ainda há a segurança, ainda há problemas na área de saúde. Mas isso é do nosso cotidiano. Os jogos, eles não são uma solução mágica, que transforma. Não. Eles geram um ambiente que nos permite investir para melhorar as condições, dar um salto de desenvolvimento, para ganhar muitos anos em que esse desenvolvimento não foi possível de ser realizado. Agora, ele não é uma solução mágica. Então, os problemas existem, as pessoas sabem que eles existem. Mas elas têm a tranquilidade de saber que nós tivemos capacidade, que nós mostramos ao mundo que podemos fazer, que nós não somos um país sem estrutura, sem capacidade; nossos aeroportos funcionaram, os aviões tiveram média de atraso menores do que nos períodos normais, a nossa infraestrutura funcionou, a segurança funcionou, a saúde funcionou, ou seja, tudo aquilo que nós precisávamos mostrar. Mais ou menos como quando a gente recebe alguém dentro da nossa casa. A gente quer mostrar que a nossa casa é *legal*, é bonita. A gente sabe que tem problemas, a gente sabe que o nosso guarda-roupa está desarrumado, que precisa arrumar, mas a porta está fechada; mas a gente tem prazer de receber essas pessoas em casa e mostrar, as pessoas gostarem da nossa casa, gostarem do que elas... e quererem voltar. Então acho que antes tinha um pouco a dúvida, o medo de passar vergonha; e, ao longo dos jogos, esse medo foi

se transformando na certeza do orgulho de ser brasileiro, do orgulho de mostrar que temos capacidade e que podemos fazer, além de um evento sensacional, uma grande festa, e fazer com que o mundo inteiro tenha vontade de voltar ao Brasil e visitar o Brasil várias vezes.

C. S. – Marcelo. Eu vou te fazer duas últimas perguntas. Na entrevista anterior, inclusive, você detalhou bastante a atuação da APO. Mas eu vou pedir, como um fecho aqui, que você faça um balanço final da experiência da APO, do trabalho da APO.

M. P. – Bom. Faço um balanço, claro que é um balanço a partir de dentro. O ideal é a gente poder fazer um balanço com outros componentes, com outros elementos. O balanço que eu faço é um balanço muito positivo. Desde o primeiro momento em que eu cheguei à APO até esse momento agora, houve uma evolução muito positiva na nossa capacidade de contribuir com uma governança, na nossa capacidade de auxiliar, tanto os atores públicos como os privados, na preparação da cidade do Rio de Janeiro a receber os jogos, de maneira absolutamente discreta, de maneira absolutamente colaborativa com a governança, somando valores a todo o processo de preparação de planejamento. Então, a minha avaliação, é uma avaliação muito positiva do resultado do nosso trabalho, dadas as condições e as circunstâncias nas quais ele se desenvolveu. Temos um balanço aí, um equilíbrio entre aquilo que, na trajetória da APO, a gente poderia observar como os aspectos mais bem-sucedidos e os menos bem-sucedidos do trabalho. Mas eu acho que nós fizemos grandes avanços em relação a preparação de jogos, em relação à experiência compartilhada com os entes públicos, a uma proposição de potencializar os acertos em outras experiências, no futuro. Acho que foi uma excelente oportunidade de experimentar esse modelo e de realizar de forma bem-sucedida um trabalho coordenado com os entes públicos.

C. S. – Eu vou te fazer uma última pergunta. Qual é a sua opinião sobre um projeto como esse que a gente está fazendo, que tem essa missão de registrar a experiência dos jogos olímpicos e paralímpicos no Brasil?

M. P. – Eu acho fundamental uma experiência como essa, porque [é] o depoimento de quem esteve dentro do processo, de quem acompanhou a realização dos jogos; e no momento em que os jogos ainda não acabaram, é fundamental, porque na nossa cabeça, tudo aquilo que nós vivenciamos tem que ser traduzido, talvez... e muitas vezes, com as nossas próprias palavras. Então, eu

acho que um projeto como esse é um projeto fundamental, para garantir que aqueles que atuaram diretamente na realização dos jogos possam transmitir de viva voz o que foi esse momento, a experiência maravilhosa que foi, em todos os aspectos, poder participar desse processo de preparação – o que deu certo, o que deu errado. Então, para mim, é fundamental, que eu possa estar fazendo isso de viva voz.

C. S. – Marcelo, muito obrigada mais uma vez pela sua colaboração.

M. P. – Obrigado a vocês.

Final do pho 2334 Marcelo Pedroso_2016-**09**-13 [2]